

FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

Marco Antonio Serra Viegas ¹

André Machado Barbosa ²

RESUMO

A questão central desse estudo é refletir sobre quais habilidades necessárias a formação de professores para atuar no Atendimento Educacional Especializado (AEE), qual o currículo, saberes e conhecimentos que perpassam por essa formação. Contudo, problematizar essa qualificação para além dos espaços escolares determinados (salas de recursos multifuncionais) é trazer a discussão a público na intenção de promover o debate generalizado sobre o tema com o propósito de transformar ideias e conceitos enraizados sobre a formação e atuação do professor de Educação Especial. Desse modo, a observação e a reflexão da prática são importantes componentes em uma Unidade escolar com estudantes com deficiência intelectual, e destina-se a promover atividades educativas e apontar estratégias pedagógicas que proporcionem o desenvolvimento dos estudantes no espaço escolar. A formação docente é uma prática humana de consolidar a Educação, sobretudo na Educação Especial, com práticas e saberes éticos, na garantia de direitos e formação para a cidadania plena. Refletir sobre a inclusão é ter um olhar de forma mais inclusiva, é compreender o significado da palavra e entender que inclusão é processo que vivenciamos a todos os minutos. Esse processo não pertence somente as estudantes público-alvo da Educação Especial ou refere-se a uma forma de ensinar e sim a todos que dela precisam e fazem da inclusão uma prática social e de vida uma ação em movimento. Pensar a inclusão demanda o compromisso com uma reorganização do sistema educacional e da própria sociedade, é vislumbrar esse processo não como uma simples reprodução de meros conteúdos, mas sim uma prática em potencial e não em ideias que estabeleçam a diferença.

Palavras chave: Formação de Professores; Atendimento Educacional Especializado; Educação Especial.

INTRODUÇÃO

A questão central desse estudo é refletir sobre quais habilidades necessárias a formação de professores para atuar no Atendimento Educacional Especializado (AEE), qual o currículo, saberes e conhecimentos que perpassam por essa formação.

No contexto educacional e político de que modo as propostas pedagógicas e legislações que embasam a constituição desse profissional especializado o que está sendo estabelecido na contemporaneidade para o atendimento e inclusão dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, smarcoviegas@gmail.com;

² Mestre em Desenvolvimento Local pela Universidade Augusto Motta - UNISUAM, andre.mb.adm@gmail.com;

Dessa maneira, pensar na estruturação, preparação e organização de qualificação especializada na Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar/Inclusão em Educação, decorrem de práticas pedagógicas, sociais e culturais associadas ao conhecimento acadêmico.

As atuais concepções de mundo e educação no contexto escolar, refletem em novas perspectivas e conceitos que levam ao professor de AEE a pensar sua atuação enquanto formador de opiniões e disseminador de saberes na busca do desenvolvimento do Ser Humano.

Contudo, problematizar essa qualificação para além dos espaços escolares determinados (salas de recursos multifuncionais) é trazer a discussão a público na intenção de promover o debate generalizado sobre o tema com o propósito de transformar ideias e conceitos enraizados sobre a formação e atuação do professor de Educação Especial.

Dessa forma, questionar, problematizar, vivenciar as múltiplas intenções e possibilidades da formação profissional de professores e na busca em contribuir para a construção de suas identidades.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Assim sendo, como metodologia adotada nesse trabalho, a pesquisa qualitativa, já que a mesma evidencia, sobretudo, os aspectos dinâmicos e subjetivos, refletindo sobre informações mais complexas, como o comportamento, os sentimentos, as expressões e demais aspectos que possam ser observados no objeto de estudo. Assim, Bardin (1977, p.42) explica que, “a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigorosamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade conduzam os pesquisadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques”.

Desse modo, a observação e a reflexão da prática são importantes componentes em uma Unidade escolar com estudantes com deficiência intelectual, e destina-se a promover atividades educativas e apontar estratégias pedagógicas que proporcionem o desenvolvimento dos estudantes no espaço escolar.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ao iniciar a discussão proposta recorreremos à fala de Adorno sobre Educação, e faz-se a seguinte analogia: para quê e para quem devemos lutar pela inclusão?

“Educação - para quê?”, onde este “para quê” não é mais compreensível por si mesmo ingenuamente presente, tudo se torna inseguro requer reflexões complicadas. E, sobretudo, uma vez perdido este “para quê”, ele não pode ser simplesmente restituído por um ato de vontade, erigindo um objetivo educacional a partir do seu exterior. (ADORNO, 2002, p. 129).

A formação de professores atuantes no Atendimento Educacional Especializado perpassa caminhos diversos na Educação Especial. Se pensar na formação profissional é pensar nas políticas públicas em Educação, podemos começar abordando o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei Federal 10.172/2001, referente ao PNE 2001-2010, com destaque para a diretriz que enfatiza a formação de recursos humanos:

A formação de recursos humanos com capacidade de oferecer o atendimento aos educandos especiais nas creches, pré-escolas, centros de educação infantil, escolas regulares de ensino fundamental, médio e superior, bem como em instituições especializadas e outras instituições é uma prioridade para o Plano Nacional de Educação. Não há como ter uma escola regular eficaz quanto ao desenvolvimento e aprendizagem dos educandos especiais sem que seus professores, demais técnicos, pessoal administrativo e auxiliar sejam preparados para atendê-los adequadamente. As classes especiais, situadas nas escolas "regulares", destinadas aos alunos parcialmente integrados, precisam contar com professores especializados e material pedagógico adequado. (BRASIL, 2001).

Em vista disso, na seção objetivos e metas do PNE 2001-2010, relata-se as condições para a formação de professores para o atendimento dos estudantes público-alvo da Educação Especial e como esse processo pode ser organizado e implementado:

2. Generalizar, em cinco anos, como parte dos programas de formação em serviço, a oferta de cursos sobre o atendimento básico a educandos especiais, para os professores em exercício na educação infantil e no ensino fundamental, utilizando inclusive a TV Escola e outros programas de educação a distância.

19. Incluir nos currículos de formação de professores, nos níveis médio e superior, conteúdos e disciplinas específicas para a capacitação ao atendimento dos alunos especiais.

20. Incluir ou ampliar, especialmente nas universidades públicas, habilitação específica, em níveis de graduação e pós-graduação, para formar pessoal especializado em Educação Especial, garantindo, em cinco anos, pelo menos um curso desse tipo em cada unidade da Federação. (BRASIL, 2001).

As metas citadas expõem a necessidade de que a formação inicial do professor, nos níveis médio e superior, qualifique os profissionais para atuar com os estudantes público-alvo da Educação Especial, e a formação inicial e/ou continuada do docente é

de grande valor para o trabalho com esses estudantes, face à sua diversidade no contexto educacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A procura e o interesse na busca do conhecimento é parte integrante da formação humana. Adorno (1970), como parte de sua Teoria Crítica, afirma que para essa busca é necessário coragem:

Ao afirmar que não se pode culpar o homem desse estado de menoridade porque ele não resulta da falta de entendimento e de conhecimento, mas, sim, da sua predisposição e de sua falta de coragem, o que determina que suas ações precisem ser guiadas por outrem. Assim, esclarecimento é a libertação do homem da sua menoridade, do seu estado de tutela. (ADORNO, 1970, p. 133).

A formação docente é uma prática humana de consolidar a Educação, sobretudo na Educação Especial, com práticas e saberes éticos, na garantia de direitos e formação para a cidadania plena. Assim sendo:

Cabe ao professor do AEE a partir de observação criteriosa, ajustar suas intervenções pedagógicas ao processo de aprendizagem dos diferentes alunos, de modo que lhes possibilite um ganho significativo do ponto de vista educacional, afetivo e sócio cultural (PRADO & FREIRE, 2001, p. 5).

Comparando o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) com o Plano de 2001-2010, a meta 4 refere-se ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino e dá outras disposições:

Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (BRASIL, 2015).

E entre os procedimentos para o alcance dessa meta, a estratégia 4.16 refere-se à formação docente:

4.16) incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 2015).

Entretanto, o PNE em vigor, com prazo até o ano de 2024, para concretização das metas, substitui palavras em suas redações, as quais chamam a atenção, como por

exemplo: incluir (2001-2010), foi substituída por incentivar (2014-2024). Nota-se que em 2010 há mais atitude na redação e coloca-se a formação como fim para uma Educação Inclusiva. Já em 2014, incentivar tem sentido de estimular, instigar sem caráter assertivo.

Com relação a isso, Horkheimer e Adorno (2003) trazem esta influência das políticas públicas pensadas de forma obscura e sem clareza e seus reflexos no ser humano:

Na crença de que a escola deve abarcar apenas e restritamente a constatação de fatos e a aplicação de fórmulas de cálculos, para se proteger a mente da superstição e do charlatanismo, prepara-se o terreno para prevalecer a superstição e o charlatanismo. [...] Na sala de aula, a expulsão do pensamento ratifica a coisificação do homem que já foi operada na fábrica e no escritório. (HORKHEIMER e ADORNO, 2003, p. 47).

Com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a política de formação dos professores foi reformulada. Com a publicação da Resolução CNE/CP 2/2019, definiu-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui-se a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNCC-Formação). Ainda, a Resolução CNE/CP 1/2020, alinha as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e implementa a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNCC-Formação Continuada).

Os documentos apresentados geram as habilidades comuns à formação de professores a partir das perspectivas de conhecimento, comprometimento e prática profissional para a constituição de profissionais qualificados, como consta na redação da Resolução CNE/CP 1/2020 em seu Capítulo I, artigo 3º:

Art. 3º As competências profissionais indicadas na BNCC-Formação Continuada, considerando que é exigido do professor sólido conhecimento dos saberes constituídos, das metodologias de ensino, dos processos de aprendizagem e da produção cultural local e global, objetivando propiciar o pleno desenvolvimento dos educandos, têm três dimensões que são fundamentais e, de modo interdependente, se integram e se complementam na ação docente no âmbito da Educação Básica:

I – Conhecimento profissional;

II - Prática profissional; e

III - Engajamento profissional. (BRASIL. 2020).

Todavia, a escolaridade média dos professores da Educação Básica no Brasil avançou de acordo com o Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021, porém o estudo

não é específico quanto à formação do profissional em Educação Especial, entretanto, como dado informativo, considera-se de grande importância:

A escolaridade média dos professores da Educação Básica no Brasil avançou, mas ainda há desafios importantes a serem superados. Em 2020, 86,6% dos professores da Educação Básica apresentavam escolaridade de nível superior, sendo que 43% fizeram pós-graduação – um aumento consistente de 18,6 pontos percentuais na última década. (Anuário Brasileiro da Educação Básica, 2021, p. 99).

Assim sendo, se faz necessário um maior investimento na formação dos profissionais de educação que atuam a área da Educação Especial e políticas que colaborem e entendam a amplitude essa formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre a inclusão é ter um olhar de forma mais inclusiva, é compreender o significado da palavra e entender que inclusão é processo que vivenciamos a todos os minutos. Esse processo não pertence somente as estudantes público-alvo da Educação Especial ou refere-se a uma forma de ensinar e sim a todos que dela precisam e fazem da inclusão uma prática social e de vida uma ação em movimento. Para compreender a inclusão como um processo, uma bandeira ou uma prática de ensino, recorremos a Santos (2013):

A inclusão é considerada como um processo, um aporte teórico e prático a partir do qual uma série de relações precisam ser ressignificadas para que se chegue a um objetivo maior: um mundo justo, democrático, onde as relações sejam igualitárias (ou, pelo menos, menos desiguais) e os direitos, garantidos (SANTOS, 2013, p. 3).

Para Santos (2003), a inclusão exige de nós seres humanos uma transformação em nossas ações:

[...] não é a proposta de um estado ao qual se quer chegar. Também não se resume à simples inserção de pessoas deficientes no mundo do qual têm sido geralmente privadas. Inclusão é um processo que reitera princípios democráticos de participação social plena. Neste sentido, a inclusão não se resume a uma ou algumas áreas da vida humana, como, por exemplo, saúde, lazer ou educação. Ela é uma luta, um movimento que tem por essência estar presente em todas as áreas da vida humana, inclusive a educacional. Inclusão refere-se, portanto, a todos os esforços no sentido de garantia da participação máxima de qualquer cidadão em qualquer arena da sociedade em que viva, à qual ele tem direito, e sobre a qual ele tem deveres (SANTOS, 2013, p. 81).

Pensar a inclusão demanda o compromisso com uma reorganização do sistema educacional e da própria sociedade, é vislumbrar esse processo não como uma simples reprodução de meros conteúdos, mas sim uma prática em potencial e não em ideias que estabeleçam a diferença. Inclusão é um movimento de todos, que motiva sentimentos e

atitudes, incluir é algo impalpável e plural, como LIMA (2019, p. 35) nos fala; “... trazendo uma ideia que passa por deslocar o olhar sobre o sujeito para o contexto no qual este sujeito está inserido.

Palavras-chave: Formação de Professores; Atendimento Educacional Especializado; Educação Especial.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2021:

https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/Anuario_21final.pdf. Acesso em: 12 de jul. 2023.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2022.

ADORNO, Theodor W. *Erziehung Wozu?* In: KADELBACH, Gerd (Hrsg.). **Theodor Adorno: Erziehung zur Mündigkeit** Vorträge und Gespräche mit Hellmut Becker: 1959-1969. Frankfurt: Suhrkamp, 1970.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em 02 de agosto de 2022.

PRADO, M.E.B.B; FREIRE, F.M.P. A formação em serviços vivendo a reconstrução da prática educacional. In; FREIRE, F.M.P.; VALENTE, A. (Orgs.) **Aprendendo para a vida**: os computadores na sala de aula. São Paulo: Cortez, 2001.

ADORNO, Theodor W. *Kulturkritik und Gesellschaft*. In: ADORNO, Theodor W. **Kulturkritik und Gesellschaft II Eingriffe Stichworte**. Frankfurt: Suhrkamp Taschenbuch Wissenschaft, 2003.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-27-de-outubro-de-2020-285609724>. Acesso em 05 de agosto de 2022.

SANTOS, Mônica Pereira dos. **Dialogando sobre inclusão em educação**: contando casos (e descasos). 1. ed. Curitiba, PR: CRV, 2013.



LIMA, Carolina Barreiros de. **“Como você não é da casa, isso não te pertence, esse espaço não é seu...” Ou seria? Sentidos de inclusão em uma Escola de Governo.** Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.